

RESUMO

O corrente artigo ambiciona analisar o tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei no Centro de Atendimento Social ao Adolescente (antiga Febem), tendo como foco o sistema de controle, punição e os costumes de unidades distintas. Tal análise proceder-se-á tendo como base as observações empiricamente realizadas pelo autor ao longo dos cinco anos em que trabalhou em unidades de internação e dialogará com o texto *Crime e costume na sociedade selvagem* de Bronislaw Malinowski. Isto buscando relatar e analisar os fenômenos sociais anteriormente mencionados de forma, tanto quanto possível, isenta e objetiva.

Palavras-chave: Unidade de Internação. Adolescente. Costumes.

ABSTRACT

The current article aims to analyze the treatment of adolescents in conflict with the law at the Center for Adolescent Social Services (formerly FEBEM), focusing mainly on the system of control, punishment and customs of different units. This analysis will proceed based on empirical observations made by the author over the five years he worked in inpatient units, drawing a parallel with the text *Crime and custom in savage society* of Bronislaw Malinowski. This seeking to report and analyze social phenomena mentioned above so as much as possible, unbiased and objective.

Keywords: Inpatient unit. Adolescents. Habits.

* Bacharel em letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Licenciado pela Faculdade de Educação da USP onde realiza seu mestrado na linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Educação. Professor de Antropologia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Ex-professor do CASA; local no qual efetuou suas pesquisas empíricas.

1. Introdução

Muito se especula sobre o que realmente ocorre dentro das Unidades de Internação; sobre o tratamento despendido aos internos, normas de conduta, formas de controle, atividades diárias, profissionais envolvidos... Há, sem dúvida alguma, farta informação oficial acerca da rotina das unidades, porém, para a análise proposta, importa somente como as coisas realmente ocorrem (prática) e não como deveriam ocorrer (teoria) ou como se imagina que ocorram (mito). No mesmo sentido Malinowski: “Não há quase nenhum relatório em que as descrições em geral correspondem ao que de fato acontece e não como deveria ser ou como se diz que acontece” (MALINOWSKI, 2003, p.95)

O que significa dizer que a base deste estudo será a pesquisa empírica fundamentada nas observações do autor ao longo dos anos em que trabalhou em unidades de internação, e não no modelo ideal de internação apresentado oficialmente pelo Estado ou em mitos e preconceitos que navegam pela imaginação e expectativas do senso comum.

Como as unidades são em enorme número e cada qual constitui por si só o que poderíamos chamar de micro-sociedade, este estudo ficará restrito ao Complexo Raposo Tavares composto pelas unidades 22, 27, 28, 37 e 38, mais especificamente ao contraste entre elas, por serem unidades que se encontram em situações bastante distintas.

2. O Funcionamento das Unidades de Internação do CASA

Para entender o funcionamento das unidades e como o mesmo interfere no tratamento dos adolescentes que lá se encontram é necessário conhecer os distintos grupos de funcionários que mantém contato direto com os mesmos, as atividades propiciadas, os distintos sistemas de controle empregados e a rotina das mesmas.

2.1 Os profissionais e as atividades propiciadas – Divisão social na sociedade selvagem

Assim como faz Malinowski separando a sociedade analisada em grandes grupos: Chefes, feiticeiros, agricultores (interior) e pescadores (litoral); podemos separar os grupos institucionais que atuam na Fundação como equipe técnica, equipe pedagógica (professores e pedagogia) e equipe de segurança.

Como o próprio nome sugere, a equipe de segurança é responsável por garantir a segurança dos internos, a disciplina, a ordem. É a que tem o contato mais prolongado com os mesmos e, em virtude disto e de suas atribuições naturais, a que se envolve na maioria dos conflitos. Em grande parte é formada por homens com o segundo grau completo. Os “agentes de pátio”, como são chamados, são subordinados aos coordenadores de pátio que por sua vez respondem ao diretor da unidade. Funcionam no sistema de plantões onde equipes inteiras são substituídas ao passar de determinado período – o que frequentemente gera grandes problemas de comunicação dadas as diferenças entre o que foi dito ou decidido por um plantão e o que é posto em prática por outro.

Há também a equipe técnica, responsável, primordialmente, pela parte burocrática e documental. É ela que realiza os relatórios de acompanhamento dos adolescentes que são enviados periodicamente aos juízes. É a equipe que possui contato menos direto com os adolescentes posto que, em sua grande maioria, realizam o atendimento aos mesmos de forma isolada em salas separadas da unidade. É composta, em sua esmagadora maioria, por mulheres com nível superior completo (normalmente psicólogas e assistentes sociais). As “técnicas”, como são chamadas, são subordinadas a um encarregado técnico que por sua vez responde ao diretor da unidade. A equipe é una e não trabalha no sistema de plantões. O distanciamento com o cotidiano dos adolescentes e com seu comportamento em grupo é um dos principais problemas encontrados pela equipe. O número de relatórios é muito grande o que diminui

sensivelmente o tempo que pode ser empregado na observação e no atendimento aos adolescentes.

A equipe pedagógica é responsável pelas atividades pedagógicas realizadas no período oposto ao das aulas e pelo acompanhamento das aulas da chamada “escola formal”. Ela também produz relatórios de acompanhamento pedagógico que são remetidos às técnicas para o envio ao juiz. A equipe possui contato direto com os adolescentes, porém, por um período menor que o da equipe de segurança. É composta por mulheres e homens com nível superior em distintas áreas sendo que predominam as primeiras. As “pedagógicas”, como são chamadas, são subordinadas a um coordenador pedagógico que por sua vez se subordina ao diretor. Esta equipe também é uma, não trabalhando no sistema de plantões, o que propicia maior coerência e continuidade em suas ações. Não obstante seu papel de grande importância é a equipe que goza de menor prestígio dentro da instituição e, por vezes, tem de abrir mão de suas atividades em detrimento de outras.

Essas três equipes são a base interna de funcionamento das unidades, porém, existe uma base externa que são os professores do ensino público (escola formal) e os cursos profissionalizantes.

Consoante o exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, os internos da Fundação devem ter acesso à escola como qualquer outro adolescente. Como seria praticamente impossível locomovê-los diariamente da unidade à escola, os professores da escola (normalmente da escola estadual mais próxima) se deslocam até as unidades. Realizam relatórios de acompanhamento dos alunos (em algumas unidades) além de ministrarem regularmente suas aulas – como em qualquer escola pública. A equipe é composta por homens e mulheres (com pequena preponderância das últimas) com nível superior distinto de acordo com a matéria que ministram. Mantém contato direto com os alunos durante o período determinado de suas aulas. Mais uma vez a equipe é uma, porém responde ao diretor da escola vinculadora, e não ao da unidade – fato que por si só é capaz de gerar conflitos. Por ser um corpo estranho à instituição e pelos demais

fatores anteriormente citados, não é incomum o choque entre este e aquela, principalmente em aspectos relacionados à segurança e à pedagogia.

Os cursos profissionalizantes são desenvolvidos normalmente através da parceria entre ONGs e a instituição e são ministrados por profissionais da área. Estes por sua vez não fazem parte da instituição e tem pequeno contato com os adolescentes e com o sistema em si.

2.2 Sistemas de controle - *A lei primitiva e a ordem*

2.2.1 Institucional

Não será contrário à natureza humana aceitar como natural qualquer coerção, e o homem civilizado ou selvagem, obedecer a regulamentos e tabus desagradáveis opressivos e cruéis sem ser a isso compelido? E compelido por alguma força ou motivo irresistível?(Idem, p.16)

Consideramos que a resposta aos questionamentos do autor é sim e prova disso é que, para manter o controle na instituição, dependendo do número de adolescentes internados, da periculosidade dos mesmos, do perfil dos coordenadores de pátio, do diretor e principalmente do número de funcionários da segurança será adotado o sistema que melhor se adapta às condições da unidade. O regimento interno institucional, apesar de uno, é seguido na medida do possível, ou seja, na medida em que a equipe da Unidade possui poder suficiente e deseja sua implementação.

Em decorrência disso existem basicamente três tipos de sistema de controle: o sistema que poderíamos chamar de autoritário, o de barganhas e o misto.

No primeiro temos como pressuposto um grande número de funcionários da área de segurança (interna e externa) – em relação ao número de internos – e coordenadores de perfil mais agressivo. Neste sistema a autoridade e o poder encontram-se quase que completamente nas mãos da equipe de segurança. Esta equipe acaba por controlar as outras e ditar os

parâmetros de trabalho, contando com total apoio da direção. Os internos têm pouca ou pouquíssima liberdade de locomoção e de ação. Em alguns casos, durante aulas ou cursos, são proibidos de levantar das cadeiras e devem permanecer, mesmo em sala de aula, sob o campo de visão da segurança. São escoltados em fila durante a transição de uma área da unidade à outra e revistados.

Tal sistema tem como consequência uma relação mais conflituosa entre a segurança e os adolescentes e mais amistosa entre os educadores e estes últimos. Isto, pois nestes casos os adolescentes veem as atividades pedagógicas e profissionalizantes como uma forma de escapar de um sistema normativo extremamente rígido, ou seja, para eles tais atividades são mais positivas que a permanência num pátio ou nos quartos sob fortes limitações – até de locomoção. Além disso, neste os relatos de maus-tratos e de abuso de autoridade são em muito maior número. Aparentemente este sistema rígido apresenta algum nível de segurança para os adolescentes, porém, com o passar do tempo o que se percebeu é que o número de conflitos entre instituição e internos diminuiu, porém, tornou-se muito mais intenso / agressivo. Este é o sistema de controle implementado atualmente nas unidades 27 e 28. É importante notar que tal sistema, apesar de indesejável, não é novo como nos mostra Winnicott¹:

Finalmente temos a instituição ainda maior, que faz tudo o que pode por crianças sob condições impossíveis. Tais instituições ainda terão que existir por algum tempo. Tem que ser dirigidas por métodos ditatoriais, e o que é bom para cada criança tem que estar subordinado às limitações do que a sociedade pode prover-lhes

1 O pediatra e especialista em psicanálise infantil D. W. Winnicott nasceu em Plymouth em 1896. Participou da primeira guerra mundial e durante a segunda coordenou alojamentos para crianças e adolescentes londrinos que perderam a família ou que se afastaram das mesmas pela guerra. Tais alojamentos, além de propiciarem um lar, ainda que precário, possibilitaram o tratamento e acompanhamento médico das mesmas, o que, segundo o autor, garantiu que muitas não chegassem aos tribunais. Seus textos, em alguma medida, serviram de base teórica para nossas instituições que cuidam de adolescentes em conflito com a lei.

imediatamente. Aqui está uma boa forma de sublimação para ditadores potenciais. É possível até encontrar vantagens nesse indesejável estado de coisas uma vez que, havendo predominância dos métodos ditatoriais, as crianças irremediavelmente difíceis poderão ser controladas de modo a não se colocarem em apuros com a sociedade durante longos períodos. (WINNICOTT, 2005, p.205)

Não obstante tais afirmações, é importante relevar que tal sistema já deveria ter sido superado há tempos e que o positivo do mesmo é a proteção da sociedade em face aos adolescentes; dos adolescentes com relação a eles mesmos e destes com relação a sociedade (vingança privada).

Outra opção adotada pela instituição - quando não é possível aplicar a anteriormente descrita - é o sistema de barganhas (territorialização) que ocorre quando não há funcionários de segurança suficientes para o número de internos e o perfil da coordenação e da direção é mais conciliatório que conflitivo ou simplesmente quando não há meios suficientes para a manutenção do controle. Neste caso a segurança faz tratos com alguns internos que acabam se tornando uma espécie de liderança garantidora da ordem e da disciplina, vez que tal papel não é assumido por nenhum dos demais grupos. Neste sistema a autoridade e o poder já não estão nas mãos nem dos internos enquanto coletividade e nem da segurança, mas deste normalmente pequeno grupo de internos que delega as funções e comanda as atividades. A manutenção de pequenos grupos no controle de determinadas atividades, sem qualquer forma de eleição ou escolha democrática, reflete mera assunção da autoridade / tomada de poder o que comumente gera problemas.

Incidindo isto as equipes pedagógicas e de professores são de fundamental importância, pois, na medida do possível, por meio de conversa garantem o andamento, ainda que precário, das atividades e impedem (em alguns casos) rebeliões e revoltas.

Normalmente, em decorrência de tal sistema, as tarefas pedagógicas são realizadas de forma problemática – já que para o adolescente, nestes casos é mais interessante a

permanecia livre no pátio desfrutando de jogos e da companhia dos colegas do que acompanhar espontaneamente as atividades pedagógicas. Com isso, o choque entre adolescentes e as equipes pedagógicas (interna e externa) se torna mais frequente ao passo que ocorre a diminuição do choque entre a segurança e os internos. Este sistema não apresenta qualquer garantia para os funcionários de forma geral e principalmente para os internos que ficam a mercê de sua capacidade de socialização posto que devem agradar uns aos outros para manterem sua saúde resguardada. O resultado final deste processo é a rebelião, pois em algum momento já não se tem mais nada a barganhar, ou seja, quando a segurança já não pode oferecer mais nenhuma regalia ou benefício para este pequeno grupo que controla a unidade, há a rebelião. Tal sistema é inadequado por submeter toda uma unidade (funcionários e internos) aos mandos de um pequeno grupo de adolescentes que por vezes causam ou resolvem problemas de forma arbitrária não obedecendo necessariamente as normas estatais. Em muitos casos os acordos feitos são ilegais e não trazem qualquer benefício para o tratamento ou para o próprio sistema de contenção.

É importante frisar que na maioria dos casos o que se vê é o apoio dos internos (a este grupo que controla) de forma voluntária parecendo que os mesmos não percebem que, em geral, os únicos privilegiados com os acordos são estas lideranças que se alimentam melhor, não são obrigados a realizar as atividades de limpeza e manutenção da unidade, não frequentam as atividades educacionais (o que na visão deles é positivo), assistem mais tempo a televisão etc. Este é o sistema de controle em funcionamento na unidade 37 e 38.

Porém, tal visão é ingênua como nos mostra Malinowski ao questionar os escritos (também ingênuos) do professor Hobhouse que afirmara haver alguns costumes naturalmente obrigatórios: “Severas proibições, deveres pesados e responsabilidades muito penosas e mortificantes podem ser transformados em algo obrigatório por um mero sentimento?”(MALINOWSKI, 2003, p.17)

Acreditamos que não, e que o único sentimento que isoladamente, neste caso, é capaz de tornar essas severas proibições e estes deveres pesados em obrigatórios é o medo. Assim sendo, a conclusão lógica a qual poderíamos chegar é a de que o apoio dos internos (em geral) ao grupo que os controla é fruto, nem da ignorância e nem da obediência cega, mas do medo, do terror que aqueles impõem a estes.

Entretanto, tal conclusão é simplista e em parte incorreta, pois desconsidera outras variáveis muito importantes tais como o valor e o respeito do grupamento pelo indivíduo e a própria manutenção deste, naquele. Os malineses cumpriam suas obrigações, pois “... a falta de cumprimento deixa um homem em posição intolerável e a tibieza em seu cumprimento cobre-o de opróbrio. O homem que persistentemente desobedece às regras da lei em seus tratos econômicos, logo se encontra fora da ordem econômica e social – e ele tem perfeita consciência disso.”(Idem, p.38). O mesmo ocorre com os internos, ainda que não estejamos falando da ordem econômica.

O terceiro caminho observado em termos de sistema de controle é o denominado misto. Tal sistema tem como pressuposto o número de funcionários da segurança suficiente ou pouco abaixo do necessário e uma coordenação e direção com perfil mais conciliatório que conflitivo / autoritário. Neste caso há a imposição das normas com a explicação das mesmas; há o dialogo e não barganhas, sempre observando os limites legais. A autoridade e o poder permanecem nas mãos da instituição como um todo e não de uma das equipes e nem dos adolescentes. A pedagogia e as técnicas têm seus relatórios como ferramenta coercitiva; os professores as notas e a equipe de segurança as sanções legais previamente apresentadas aos internos. A manutenção da ordem e a educação são tarefas de responsabilidade comum a todos os setores.

Este sistema tem como principais efeitos a diminuição do número de conflitos entre a instituição e os adolescentes e na intensidade dos mesmos; dos relatos e denúncias de maus-tratos e abuso de poder; e a melhoria do relacionamento entre equipes e entre estas e os internos. Pelos fatores mencionados o mesmo

é tido como sistema mais próximo ao ideal. Somente uma das cinco unidades do complexo se aproxima deste modelo: a unidade 22. Este sistema vai ao encontro do que observa Winnicott: “Se é preciso haver um ambiente rigoroso, estão que seja coerente, confiável e justo, para que possa ter valor positivo” (WINNICOTT, 2005, p.207).

2.2.2 Interno

Em algumas unidades (27, 28, 37 e 38) os internos possuem uma hierarquia própria descrita pelo pesquisador Mauricio Bacic Olic² no seguinte trecho:

(...) nesta época que passa a ser comum no interior de muitas Unidades costumes e nomes antes inexistentes; se antes já havia a figura do líder, agora ele passa a ser o *voz*, é aquele que passa a caminhada para os demais (é o grande representante dos internos); entre ele e a *população* surgem novos atores que passam a ocupar esta posição “intermediária”, como é o caso dos *faxinas* – que são aqueles responsáveis pelo funcionamento das diferentes atividades no interior da “casa” (são responsáveis em organizar a limpeza, servir o almoço) –, e dos *disciplinas*, cuja função consiste em intermediar relações de conflito entre os adolescentes (são eles também que controlam e disciplinam a presença dos adolescentes nas atividades pedagógicas, cursos e na escola formal).(OLIC, 2008, p. 11)

Aqui nos interessa em especial a figura do disciplina. Ele é o agente interno de controle – o encarregado de manter as regras determinadas pelo que poderíamos chamar de comando interno (lideranças) detendo o poder, inclusive, de punir os infratores de acordo com sua vontade, ou, se a infração for grave, conforme a decisão da liderança.

É importante salientar que apesar dos termos serem empregados no singular, não é incomum a concorrência de dois ou mais internos exercendo a mesma função. O

chamado *voz*, ao contrário do que pode parecer, nem sempre é a liderança da unidade. Foram observados casos em que os vozes eram apenas *laranjas* que encobriam a verdadeira liderança que, como nas outras funções, pode ser exercida por mais de um adolescente, ainda que exista sempre um que, em determinado momento, se sobressaia.

A hierarquia interna dos adolescentes é um fenômeno extremamente comum nas unidades que se utilizam do sistema de barganha e pode aparecer – apesar de ser fortemente combatida pela instituição – no sistema misto; porém, nunca ocorrerá no sistema de controle institucional absoluto denominado de autoritário.

2.3 O cotidiano nas unidades – *Costumes da sociedade selvagem*

De um modo geral as atividades nas unidades de internação da Fundação Casa funcionam primordialmente em dois períodos: em um há a escola formal e no outro as atividades pedagógicas, cursos profissionalizantes e o atendimento técnico. Atualmente há uma tendência que vem se intensificando: a divisão da unidade em ao menos dois grupos (alas) com a manutenção de todas as referidas atividades nos dois períodos, ou seja, enquanto metade da unidade assiste às aulas da escola formal a outra metade realiza os cursos, atendimentos e trabalhos pedagógicos.

Num dia normal, em unidades que adotam o sistema de controle autoritário ou o misto (UI 22, 27 e 28) todos os adolescentes acordam (por volta das 06:00), realizam sua higiene pessoal, tomam o café da manhã, vão para a aula (por volta das 07:30) que pode ser da escola formal ou dos cursos, tomam um lanche, retornam para suas atividades, almoçam; voltam às aulas (por volta das 13:00) agora invertendo cursos ou escola formal, lancham, regressam para suas atividades pedagógicas e/ou profissionalizantes que se encerram às 18 horas, jantam, realizam a higienização novamente e dormem.

No caso da unidade 38, por estar ainda no início do processo de controle por meio dos acordos ou barganha (saindo do modelo

2 Pós-Graduando em Ciências Sociais pela PUC – SP, e professor de História da Fundação CASA

autoritário), os horários permanecem praticamente os mesmos, porém, com uma maior incerteza e volatilidade com relação a realização das tarefas, havendo atrasos e cancelamentos das atividades. Até pela falta de funcionários os processos de transição entre uma área e outra da unidade são mais lentos e os atrasos mais frequentes.

Já no caso da unidade 37, que está no final do processo de barganha, ou seja, já não há mais onde ou no que ceder e grande parte da equipe de segurança sequer adentra ao pátio, os horários são mantidos e regulados pelos próprios internos o que impossibilita a análise dos mesmos (dada sua inconstância).

É importante frisar que a tendência de se separar a unidade em módulos vem no sentido de possibilitar um maior controle por parte dos funcionários em relação aos internos já que são trabalhados grupos menores em espaços físicos distintos. Se deste ponto de vista esta mudança tem se mostrado relativamente eficaz, do ponto de vista da logística das atividades, nem tanto, dado o tempo de transição de um local ao outro.

3. O Sistema institucional punitivo - *O crime primitivo e seu castigo*

Se impropriamente comparássemos o diretor da Unidade ao Chefe tribal, poderíamos dizer que seus coordenadores de pátio seriam os feiticeiros e que a equipe de segurança, a magia negra. Isto, pois assim como ocorria com os malineses, os coordenadores normalmente estão a serviço do diretor, porém, não chega a ser incomum que estes trabalhem obscuramente contra aqueles.

Um exemplo clássico (mas de forma alguma único) ocorreu na UI 38 na qual um dos coordenadores quebrou o registro do encanamento central (na posição fechada) para que os internos se revoltassem e se rebelassem; o que provavelmente causaria a mudança na direção que já estava bastante enfraquecida.

E da mesma forma que a magia negra é utilizada para cumprir as regras da lei tribal, os funcionários de pátio também o são. Neste intuito são utilizados dos mais variados métodos coercitivos que vão desde a repreensão verbal (advertência) até castigos

físicos assemelhados a tortura, passando pelo isolamento nos quartos (tranca).

Na unidade 27 e 28 inúmeras foram as denúncias de violência física cometidas por funcionários de pátio contra internos. Numa delas, após encerrada uma rebelião, um professor que carregava seu aluno foi atingido por um chute endereçado a cabeça (do aluno) dado por um funcionário. A UI 38 também teve um considerável número de denúncias em determinado período e na 37, após rebeliões, era uma prática comum, uma espécie de desforra dos funcionários de pátio. A UI 22 é, do Complexo, a que menos problemas neste sentido apresenta e apresentou ao longo de sua existência.

4. Conclusão

Como se vê, apesar da existência de um regimento interno e de normas legais de caráter protetivo, a observância destas é relativa ao momento e às pessoas que integram as equipes e a violência constituía prática comum e reiterada para garantir o sistema de controle vigente.

Da mesma forma, a punição depende das pessoas envolvidas: não há um padrão, uma quantidade ou espécie de punição previamente determinada – só há a expectativa de punição.

Desta sorte, a sociedade que se forma no interior das unidades de internação não é tão distinta daquela analisada por Malinowski e considerada por muitos como bárbara/atrasada.

Em última análise, a lei é secundária ou irrelevante quando não há fiscalização ou quando a mesma é realizada por pessoas pouco qualificadas que pouco ou nada conhecem da realidade daqueles adolescentes ou mesmo da instituição. No fim, ao adolescente que comete ato infracional e que tem a medida socioeducativa indicada pelo juiz, cabe contar com a sorte e com a sua capacidades de sociabilização, já que a lei, dentro da unidade, pode não ser o suficiente para resguardá-lo³.

3 Não obstante é importante asseverar que atualmente as denúncias tem ocorrido de forma bastante diminuta e que a observação da utilização da violência - também, o que nos leva a crer que tais práticas estejam sendo empregadas de forma menos habitual.

REFERÊNCIAS

- C.A.S.A. Apresenta dados estatísticos sobre o centro de apoio social ao adolescente. Disponível em <<http://www.febem.sp.gov.br/site/home.php>>. Acesso em: 02 de Maio de 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- OLIC, Mauricio B. **A CASA está na mão de quem? : hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores**. Artigo não publicado, 2008.
- WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquência**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005